

15° SIMULADO

DEPEN

AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

15º Simulado DEPEN – Agente Federal de Execução Penal

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do DEPEN;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-DEPEN-05-09-20>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Janaina Arruda

TEXTO I

A ideia de solidariedade acompanha, desde os primórdios, a evolução da humanidade. Aristóteles, por exemplo, em clássica passagem, afirma que o homem não é um ser que possa viver isolado; é, ao contrário, ordenado teleologicamente a viver em sociedade. É um ser que vive, atua e relaciona-se na comunidade, e sente-se vinculado aos seus semelhantes. Não pode renunciar à sua condição inata de membro do corpo social, porque apenas os animais e os deuses podem prescindir da sociedade e da companhia de todos os demais.

O primeiro contato com a noção de solidariedade mostra uma relação de pertinência: as nossas ações sociais incidem, positiva ou negativamente, sobre todos os demais membros da comunidade. A solidariedade implica, por outro lado, a corresponsabilidade, a compreensão da transcendência social das ações humanas, do coexistir e do conviver comunitário. Percebe-se, aqui, igualmente, a sua inegável dimensão ética, em virtude do necessário reconhecimento mútuo de todos como pessoas, iguais em direitos e obrigações, o que dá suporte a exigências recíprocas de ajuda ou sustento.

A solidariedade, desse modo, exorta atitudes de apoio e cuidados de uns com os outros. Pede diálogo e tolerância. Pressupõe um reconhecimento ético e, portanto, corresponsabilidade. Entretanto, para que não fique estagnada em gestos tópicos ou se esgote em atitudes episódicas, a modernidade política impõe a necessidade dialética de um passo maior em direção à justiça social: o compromisso constante com o bem comum e a promoção de causas ou objetivos comuns aos membros de toda a comunidade.

Marcio Augusto de Vasconcelos Diniz. Estado social e princípio da solidariedade. In: Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, Vitória, n.º 3, p. 31-48, jul.-dez./2008. Internet: <www.fdv.br> (com adaptações).

01. Segundo o texto, o fato de as ações sociais de cada indivíduo refletir sobre todos os demais membros da comunidade confirma a dimensão ética da solidariedade, embora o reconhecimento mútuo de todos como pessoas iguais em direitos e obrigações caracteriza-se como uma necessidade.

02. Conforme as ideias presentes no texto, a solidariedade é uma característica nativa dos seres humanos.

03. A correção gramatical do texto seria preservada caso se empregasse o sinal indicativo de crase no termo “a” em “dá suporte a exigências recíprocas”, no último período do segundo parágrafo, visto que o uso desse elemento é obrigatório para a manutenção do período.

04. A correção gramatical e a coerência do texto seriam preservadas se a oração *“A solidariedade, desse modo, exorta atitudes de apoio e cuidados de uns com os outros”*, no primeiro período do terceiro parágrafo, fosse reescrita da seguinte forma: *Atitudes de apoio e cuidados de uns com os outros são exigidas para o exercício da solidariedade.*

05. Em relação à correção gramatical e ao sentido do texto, pode-se dizer que somente a semântica do texto seria prejudicada caso se inserisse o pronome se imediatamente antes da forma verbal “pode”, no último período do primeiro parágrafo, escrevendo-se: Não se pode renunciar à sua condição inata de membro do corpo social.

06. A forma verbal *“implica”*, no segundo período do segundo parágrafo, poderia, sem prejuízo para a correção gramatical e o sentido original do texto, ser substituída por *suscita*.

07. No último período do segundo parágrafo, a expressão “a sua inegável dimensão ética” constitui o complemento da forma verbal “Percebe-se”.

TEXTO II

A história da responsabilidade civil entrelaça-se com a história da sanção. O homem primitivo atribuía (e algumas tribos indígenas ainda o fazem) a fenômenos da natureza caráter punitivo, cominado por espíritos ou deuses. Nas relações entre os homens, à ofensa correspondia a vingança privada, brutal e ilimitada, como se esta desfizesse a ofensa praticada.

No período pré-romano da história ocidental, a sanção tinha fundamento religioso e pretensão de satisfação da divindade ofendida pela conduta do ofensor. Nesse período, surgiu a chamada Lei do Talião, do latim Lex Talionis — Lex significando lei e Talionis, tal qual ou igual. É de onde se extraiu a máxima “Olho por olho, dente por dente”, encontrada, inclusive, na Bíblia.

Embora hoje possa parecer pouco razoável a ideia de sanção baseada na retaliação ou na prática pelo ofendido de ato da mesma espécie da que o ofensor praticou contra ele, a Lex Talionis, em verdade, representou grande avanço, pois, da vingança privada, passou-se a algo que se pode chamar de justiça privada. Com a justiça privada, o tipo de pena ou sanção **deixou** de ser uma surpresa para seu destinatário, e não mais **correspondia** a todo e qualquer ato que o ofendido pretendesse; ao contrário, a punição do ofensor **passou** a sofrer os limites da extensão e da intensidade do dano causado. Obviamente, isso quer dizer que, se o dano fosse físico, a retaliação também o seria; por outro lado, fosse a ofensa apenas moral, não poderia ser de outra natureza o ato do ofendido contra o originário ofensor.

Carlos B. I. Silva e Cynthia L. Costa. Evolução histórica da responsabilidade civil e efetivação dos direitos humanos. In: Renata F. de Barros e Paula Maria T. Lara (Orgs.). Direitos humanos: um debate contemporâneo. Raleigh, Carolina do Norte, EUA: Lulu Publishing, 2012, p. 69-70. Internet: <<https://books.google.com.br>> (com adaptações).

08. Conforme as ideias presentes no texto, a diferença entre a vingança privada e a justiça privada é que, nesta, a punição ao ofensor é desproporcional ao dano por ele causado.

09. A menção à Bíblia, realizada no final do segundo parágrafo, corrobora a defesa da Lei do Talião, a qual se encontra de forma expressa no texto.

10. No último período do texto, do ponto de vista sintático, as vírgulas que isolam a frase “se o dano fosse físico” são de emprego obrigatório, razão por que a correção do texto seria prejudicada caso se eliminasse ambas ou se apenas uma delas — seja a primeira, seja a segunda — fosse eliminada.

11. Feitos os devidos ajustes nos períodos em que se inserem, a substituição das formas verbais “**deixou**”, “**correspondia**” e “**passou**”, destacadas no último parágrafo do texto, por deixa, corresponde e passa, respectivamente, manteria o aspecto verbal de algo passado, mesmo estando os verbos no presente.

12. No segundo parágrafo do texto, a vírgula que se segue ao vocábulo “Talionis” representa a elipse da forma verbal “significando”.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**Antônio Daud**

Em relação às ideias de ética e moral, julgue as duas assertivas a seguir:

13. Para a ética finalista, o comportamento humano é movido por uma força, pautando-se naquilo que move a conduta humana.

14. A moral consiste em ramo da filosofia que tem por objetivo o estudo da ética.

DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**Ricardo Torques**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) representa um marco na história dos direitos humanos. Sobre esse importante documento, julgue os itens a seguir:

15. A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de liberdade, igualdade e fraternidade.

16. A Declaração Universal dos Direitos Humanos veda que sejam feitas distinções de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião ou de outra natureza.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) busca dar concretude aos direitos humanos básicos dos brasileiros, alinhando as políticas públicas aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Desse modo, julgue as assertivas:

17. O PNDH-3 está estruturado em eixos orientadores, diretrizes, objetivos estratégicos e ações programáticas.

18. O Programa Nacional de Direitos especifica quais são os órgãos responsáveis pela implementação das medidas previstas e veda que sejam firmadas **parceiras** com essa finalidade.

Com base nas disposições da Lei de Execução Penal, julgue as afirmações sobre o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e sobre o Conselho Penitenciário.

19. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária é subordinado ao Ministério da Cidadania.

20. O Conselho Penitenciário é órgão consultivo, fiscalizador e de execução da pena.

Com base no texto constitucional e no posicionamento dos Tribunais Superiores, julgue os itens:

21. A República Federativa do Brasil é formada união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, apresentando como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo partidário.

22. Como corolário do tratamento isonômico, a Constituição Federal prevê como objetivo fundamental a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Túlio Lages

No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

23. A ação de habeas corpus é gratuita.

24. Com relação à instituição do júri, a Constituição Federal vigente assegura que o veredito será soberano.

25. O brasileiro naturalizado pode ser extraditado na hipótese de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

26. São elencados como direitos sociais na Constituição Federal de 1988 a educação, a saúde, a alimentação, a moradia, a segurança e o transporte.

Sobre o Poder Executivo e as atribuições e responsabilidades do Presidente da República, julgue o item a seguir.

27. É competência privativa do Presidente da República prestar anualmente ao Senado Federal, dentro de cento e vinte dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

No que diz respeito à Segurança Pública, segundo a Constituição Federal, julgue os itens que se seguem.

28. Competem às polícias federal e penal federal exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

29. São forças auxiliares e reserva do Exército, as polícias militares e penais, bem como os corpos de bombeiros.

A respeito da ordem social, segundo a Constituição Federal, julgue o item a seguir.

30. O primado do trabalho é base da ordem social, que, por sua vez, tem como objetivo o bem estar e a justiça sociais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Considerando o que dispõe a Lei nº 8.666/93 a respeito das licitações públicas e dos contratos administrativos, julgue as assertivas a seguir.

31. A margem de preferência por produto ou serviço será estabelecida com base em estudos revistos periodicamente, em prazo não superior a cinco anos e sua soma não poderá ultrapassar o montante de 25% sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.

32. A exigência de garantia contratual deve ser prevista no instrumento convocatório e a escolha de sua modalidade deve ser feita pela autoridade competente.

Com base nas disposições previstas na Lei nº 8.112/90, analise os próximos itens.

33. O servidor deverá entrar em exercício em até cinco dias úteis, contados da data da posse.

34. O afastamento provisório, no âmbito do processo administrativo disciplinar, é medida cautelar determinada pela autoridade que instaurou o respectivo processo e ocorre sem prejuízo da remuneração do servidor afastado.

Em relação ao processo administrativo e às disposições da Lei nº 9.784/99, julgue a próxima afirmativa.

35. O requerimento inicial do interessado deve ser formulado por escrito, sendo vedada a solicitação por via oral.

A respeito das normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, analise o item a seguir.

36. Órgãos e entidades da Administração Pública federal podem celebrar convênios entre si, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Julgue o próximo item, considerando as disposições sobre a responsabilidade civil do Estado.

37. A responsabilidade civil objetiva em regra não alcança as empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividades econômicas.

Analise o item a seguir conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

38. Somente os atos de consentimento e de fiscalização são delegáveis a entidades administrativas de direito privado.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Tiago Zanolla

Com base no DECRETO N. 6.877/2009, julgue os itens a seguir:

Robson, promotor de justiça, solicitou ao juízo competente a inclusão de Joselito para o estabelecimento penal federal de Porto Velho por ter praticado crime que coloque em risco a sua integridade física no ambiente prisional de origem.

À luz da hipótese apontada, julgue os itens a seguir

39. Robson não é competente para solicitar a inclusão.

40. A justificativa apresentada é uma característica válida para a inclusão em estabelecimento penal federal.

41. Ao ser ouvido, o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça opinará sobre a pertinência da inclusão e poderá indicar qualquer dos estabelecimentos penais federais para a inclusão de Joselito.

42. Desde que solicitado por Joselito, a inclusão poderá ser realizadas sem a prévia instrução dos autos.

43. Após a inclusão, Joselito pode solicitar a transferência para outro estabelecimento penal federal.

Acerca do manual das assistências do sistema penitenciário federal, julgue os itens a seguir:

44. A alimentação ao preso consiste no desjejum, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia, atendendo a critérios nutricionais especialmente definidos para a manutenção da sua saúde. O Jantar e a ceia podem ser servidos juntos.

45. Será fornecido ao preso, até 2 litros de água potável por dia.

46. O prontuário de saúde, de caráter individual, confidencial e permanente, criado no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, destinado aos presos recolhidos nas suas unidades, será constantemente atualizado pelo serviço de saúde, e composto dos registros de profissionais da área de saúde, especificamente, de médicos, da enfermagem, da odontologia, da psicologia, do serviço social, da farmácia e da terapia ocupacional.

As informações do prontuário de saúde do preso deverão estar registradas no sistema informatizado de administração penitenciária, respeitado o sigilo profissional e informações adicionais digitalizadas poderão acompanhar o preso no caso de sua remoção de uma penitenciária federal para outra, ou qualquer estabelecimento penal.

47. A assistência material compreende a oferta de alimentação, vestuário, roupas de cama, material de higiene pessoal e da cela, e outras porventura necessárias.

Com base na LEI N. 11.473/2007, julgue os itens a seguir:

48. A União poderá firmar convênio com os Estados e Municípios para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio

49. As atividades de cooperação federativa têm caráter consensual e serão desenvolvidas sob a coordenação conjunta da União e do Ente conveniente.

Com base no DECRETO 6.049/2007, julgue os itens a seguir

50. É livre a correspondência entre o preso e seus familiares, condicionada a sua expedição e recepção às normas de segurança e disciplina do estabelecimento penal federal.

51. Será obrigatória a implantação de rotinas de trabalho aos presos em regime disciplinar diferenciado, desde que não comprometa a ordem e a disciplina do estabelecimento penal federal.

52. As entrevistas com advogado deverão ser previamente agendadas, mediante requerimento, mas, mediante comprovada a urgência, a direção deverá, de imediato, autorizar a entrevista.

53. É proibida a visita íntima nas celas de convivência dos presos.

EXECUÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

No que toca às sanções disciplinares na fase de execução penal, julgue as questões 54 a 57

54. Compete ao juiz da execução a aplicação da suspensão ou restrição de direitos.

55. Cabe exclusivamente ao juiz da execução decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até dez dias.

- 56.** O isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, será determinado pelo diretor do presídio e comunicado ao juiz da execução.
- 57.** A autorização para inclusão de preso em regime disciplinar diferenciado dependerá de requerimento circunstanciado elaborado pelo diretor do estabelecimento, decidindo o juiz no prazo máximo de quinze dias, ouvida apenas a defesa.
- 58.** A remição pelo estudo é vedada no cumprimento de pena em regime aberto.
- 59.** A remição pelo estudo desconta um dia de pena a cada quinze horas de frequência escolar.
- 60.** Segundo a Lei de Execução Penal, o juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando determinar a prisão domiciliar.
- 61.** A permissão de saída prevista na Lei de Execução Penal é cabível apenas para os condenados que cumprem pena em regime semiaberto.
- 62.** Conforme a Lei de Execução Penal, o trabalho do preso sujeita-se aos ditames da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- 63.** Sobre a disciplina na execução penal, é correto afirmar que o emprego de cela escura é permitido apenas em regime disciplinar diferenciado desde que autorizado pelo juiz competente.
- 64.** A saída temporária para fins de visita à família pode ser concedida por prazo não superior a sete dias, podendo ser renovada por mais quatro vezes durante o ano, desde que o condenado esteja no regime semiaberto.
- 65.** Sobre a assistência na execução penal, é correto afirmar Assistência religiosa viola a laicidade do Estado, tendo sido reconhecida sua não recepção pela Constituição de 1988 segundo o Supremo Tribunal Federal.
- 66.** É vedada a assistência à saúde para o preso fora do estabelecimento prisional no regime fechado.
- 67.** Sobre o trabalho externo do preso, é correto afirmar que somente poderá ser concedida após o cumprimento de 1/3 da pena.
- 68.** O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando conceder indulto.
- 69.** De acordo com a Lei de Execução Penal, é correto afirmar que a prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e sempre sujeitará o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado.
- 70-** Sobre o regime disciplinar na execução penal é correto afirmar que o descumprimento do dever de executar tarefas e ordens recebidas pelo preso configura falta disciplinar de natureza grave, conforme a Lei de Execução Penal.
- 71.** Julgue o item subsequente, com relação às disposições da Lei de Execução Penal (LEP).
Caso um preso pratique uma falta disciplinar, poderá a autoridade administrativa decretar o isolamento preventivo desse preso, bem como determinar sua inclusão no regime disciplinar diferenciado, no interesse da disciplina e da averiguação do fato.
- 72.** Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.
A visita social no Sistema Penitenciário Federal só pode ser realizada por parlatório

73. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências

A visita social, em pátio de visitação, será autorizada pelo Diretor do estabelecimento penal federal, desde que preenchidos os requisitos da portaria mencionada.

74. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências

O início da contagem para o interno fazer jus à visita em pátio de visitação, ocorrerá, somente, da data de publicação desta Portaria, no caso de presos já incluídos ou transferidos para estabelecimentos penais federais de segurança máxima.

75. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 65/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre a formação da

Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional.

A Força-Tarefa de intervenção Penitenciária - FTIP, agentes federais de execução penal, agentes penitenciários estaduais e do Distrito Federal, na forma dos Acordos ou Convênios de Cooperação Federativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública celebrados com os Estados e com o Distrito Federal.

76. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 65/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre a formação da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional.

Compete à FTIP as atividades e serviços de guarda, vigilância e custódia de presos; as atividades de inteligência de segurança pública que tenham relação com o sistema prisional

77. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 65/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre a formação da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional.

Fica subdelegada ao Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional a competência de designar e dispensar os servidores responsáveis pelas Coordenações Institucionais que ficarão responsáveis pelo planejamento, articulação, gestão e ação.

78. Julgue o item abaixo e acordo com a PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4.226, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010, ANEXO 1:

O uso da força por agentes de segurança pública não deverá obedecer aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

79. Sobre a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir. A lei penal nova mais benéfica retroage para abarcar também os fatos ocorridos antes de sua vigência, devendo aplicar-se inclusive aos processos com decisão já transitada em julgado, cabendo ao juízo da execução a sua aplicação.

80. No que diz respeito à aplicação da lei penal, considere a seguinte assertiva: Em avião de empresa aérea privada peruana, que fazia o voo Lima (Peru) - Assunção (Paraguay), passageiro norueguês golpeou um peruano, que desmaiou. O comandante da aeronave, que estava em espaço aéreo internacional, desviou-a e pousou em Campo Grande - MS, para atendimento ao ferido. Nessa hipótese, deverá ser aplicada a lei penal brasileira ao caso.

81. No que diz respeito ao fato típico, elemento do conceito analítico de crime, em especial, à tipicidade, responda a assertiva a seguir. O erro de tipo tem como consequência jurídica a exclusão do dolo e, portanto, a exclusão da tipicidade dolosa da conduta, podendo, no caso penal concreto, ser vencível ou invencível.

82. Rafael Eugênio, depois de provocado por ato injusto de Pedro Paulo, retira-se e vai para sua casa, mas, decorridos cerca de trinta minutos, ainda influenciado por violenta emoção, resolve armar-se e voltar ao local do fato, onde reencontra Pedro Paulo, no qual desfere um tiro, provocando-lhe a morte. Nesta hipótese, Rafael Eugênio pode invocar em seu favor a excludente da legítima defesa real.

83. No conflito aparente de normas, o princípio da especialidade preceitua que a norma de caráter especial exclui a aplicação daquela com caráter geral. Trata-se de uma apreciação em abstrato e, portanto, independe da pena prevista para os crimes, podendo ser estas mais graves ou mais brandas. Por exemplo, se a mãe mata o filho, durante ou logo após o parto sob a influência do estado puerperal, comete infanticídio e não homicídio.

84. Relativamente aos crimes contra a fé pública, analise a afirmativa a seguir. A conduta de possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de selo destinado a controle tributário constitui crime contra a fé pública, não sendo necessário que se verifique nenhum tipo de utilização ou efetiva fabricação do selo de controle tributário.

85. Carlos Alberto, funcionário público, convida Mário Sérgio, que trabalha em empresa privada, para ajudá-lo a subtrair um computador, pertencente à repartição, que se encontra na sala de trabalho de Carlos Alberto, para seu uso diário, e que se acha sob sua guarda. Ciente da condição de funcionário público de Carlos Alberto, Mário Sérgio ajuda-o a transportar esse bem até sua casa. Nessa situação hipotética, Carlos Alberto e Mário Sérgio respondem por peculato.

86. Joaquim José foi abordado em uma blitz de trânsito por um policial militar que ia aplicar-lhe uma multa, porque, embora estivesse conduzindo regularmente, em sua mão de direção e seguindo as regras de trânsito, Joaquim José estava com os documentos do carro vencidos em razão de grande dificuldade financeira que sucedeu na pandemia. Na

iminência de ter seu carro guinchado e recolhido ao pátio municipal, suplicou ao policial para que este não lavrasse a multa e recolhesse o carro, pois era o único meio de continuar tentando o sustento de sua família pois estava trabalhando como Uber para sobreviver. Nesse caso, se o Policial Militar deixar de praticar esse ato de ofício deverá responder por corrupção passiva privilegiada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Luciana Peixoto

À luz da legislação processual penal brasileira, no que diz respeito ao inquérito policial, julgue os itens 87 e 88.

87. O Inquérito policial é procedimento administrativo de investigação criminal escrito, porém essa característica resta mitigada pela Lei 9.099/95, que prevê em seu artigo 62 que o processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelo critério da oralidade.

88. O inquérito policial que tramita perante a Justiça Federal deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.

89. Com respaldo nas disposições constitucionais aplicáveis ao Processo Penal, julgue a alternativa como certa ou errada.

O princípio da ampla defesa, possui amparo constitucional e se divide em plenitude de defesa e autodefesa, sendo que esta última engloba o direito de audiência e de presença.

Sobre os dispositivos presentes nos Código de Processo Penal que fazem referência ao *habeas corpus* e seu processo, julgue os itens a seguir:

90. O *habeas corpus* é o remédio constitucional que poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público, sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar.

91. No curso do processo, se o juiz verificar que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal, poderá expedir de ofício ordem de *habeas corpus*, prescindindo de provocação formal.

Acerca do tema prisões e liberdade provisória, julgue as alternativas 92 e 93 como certa ou errada.

92. A prisão de qualquer pessoa só é possível quando a mesma se encontrar em situação flagrancial ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado. Excepcionalmente, se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará a prisão, sendo necessária a apresentação imediata do preso ao juiz que expediu mandado para a realização de audiência de custódia.

93. A Autoridade Policial deverá encaminhar o auto de prisão em flagrante delito ao juiz competente em até 24 horas após a realização da prisão, bem como à defensoria pública, se o indiciado não informar o nome do seu advogado. No mesmo prazo, deverá ser promovida a audiência de custódia pelo juiz, com a presença do acusado e do membro do Ministério Público, sendo prescindível a presença de defesa técnica.

94. Sobre os dispositivos legais relacionados a ação penal, julgue o item a seguir:

No caso de ação penal privada, a queixa oferecida pelo ofendido poderá ser aditada pelo Ministério Público no prazo de 3 dias.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

Sobre os aplicativos editores da suíte Microsoft Office 2016, julgue os itens abaixo.

95. É possível na utilização da ferramenta Power BI conectar dados de planilhas do Excel, data warehouses locais e fontes de dados na Nuvem.

Sobre conceitos de segurança, backups e ataques a computadores, julgue os itens abaixo.

96. Um ataque orquestrado por vírus de computador pode ser identificado facilmente, pois as informações capturadas do usuário serão utilizadas para exibição de propagandas e promoções.

97. Após ser classificado como arquivo malicioso, o sistema de antivírus poderá alocar o malware em quarentena. Neste ambiente, o arquivo será tratado para recuperação, podendo, em alguns casos, ser apagado por segurança.

98. Uma boa instrução de segurança para backups é não abrir ou reproduzir os arquivos copiados para que eles não sejam afetados de alguma forma e estejam disponíveis quando necessário.

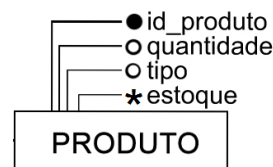
Sobre convergência de rede e noções de voz sobre IP (VOIP e telefonia IP), julgue o item abaixo.

99. A comunicação em tempo real ponto-a-ponto e multiponto é permitida apenas em operações de VoIP, já em videoconferências não é possível a comunicação multiponto.

Sobre procedimentos relacionados a Windows 10, julgue o próximo item.

100. Os sistemas operacionais são formados por vários programas internos denominados subsistemas. O arquivo responsável por iniciar as atividades do sistema operacional Windows 10 é o winload.exe, localizado no gerenciador de boot do sistema.

Sobre banco de dados e modelagem relacional, julgue a próxima assertiva.



101. De acordo com a imagem anterior, é possível concluir que estoque é um atributo não identificado, representado pela marcação de um asterisco em um modelo entidade-relacionamento.

Sobre redes de computadores e conceitos de internet/intranet, julgue a assertiva abaixo.

102. O servidor DNS existe para suprir uma limitação humana, decorar sequências numéricas. Para isso ele opera convertendo o nome do domínio solicitado durante uma navegação para o endereço IP registrado na rede web.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

103. A proposição $(A \wedge B) \rightarrow (A \vee B)$ é uma tautologia.

104. A proposição simbólica $(A \wedge B) \rightarrow (\neg(A \rightarrow (\neg B)))$ é sempre julgada como V, independentemente de A e B serem V ou F.

105. A proposição $[\neg B] \vee \{[\neg B] \rightarrow A\}$ é uma tautologia.

106. A proposição $[\neg B] \wedge [A \rightarrow B]$ é logicamente falsa.

107. A proposição “Se o Coelho Branco olhou o relógio, então Alice não perseguiu o Coelho Branco” é equivalente à proposição “O Coelho Branco não olhou o relógio ou Alice não perseguiu o Coelho Branco”.

108. Considere um tanque I que contém uma mistura homogênea de 50 litros de gasolina com 25 litros de álcool. O tanque II contém 60 L de gasolina e 15 L de álcool também homogeneamente misturados. Guilherme deseja obter 40 L de uma mistura de álcool e gasolina, contendo 22% de álcool, usando-se somente as misturas contidas nos tanques I e II. Nessa situação, Guilherme deve usar menos de 10 L da mistura contida no tanque I.

109. Considerando que se pretenda formar números de 3 algarismos distintos com os algarismos 2, 3, 5, 7, 8 e 9, julgue o próximo item.

A quantidade de números ímpares de 3 algarismos que podem ser formados é superior a 90.

110. Considerando o alfabeto de 26 letras, a quantidade de palavras de 3 letras que podem ser formadas, todas começando por G ou N, é superior a 2×10^3 .

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Marcos Girão

No que concerne à Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), julgue os próximos itens.

111. Pode-se afirmar que é cabível a redução da pena para o agente que tem em depósito, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, desde que esse agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. A redução da pena será de um sexto a dois terços.

112. Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas. Recebida cópia do auto de prisão em flagrante, o juiz, em prazo hábil, certificará a regularidade formal do laudo de constatação e determinará a destruição das drogas apreendidas, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo. A destruição das drogas será executada por Agentes de Polícia no prazo de 15 (quinze) dias, na presença do Delegado de Polícia e da autoridade sanitária.

113. Segundo os ditames da Lei nº 9.455/97, se o crime de tortura for cometido por um agente público, a pena será aumentada de um sexto até um terço e, transitada em jugada a condenação, o agente perderá o cargo, a função ou o emprego público, além de ficar interdito para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Considerando a Lei nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa), julgue os itens.

114. Quem comete ato de improbidade administrativa, poderá ser apenado com a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos. No entanto, é seguro afirmar que, para o resguardo do interesse público, não é necessário o trânsito em julgado da sentença condenatória para que essas penas sejam aplicadas.

115. Liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular é ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

116. É correto afirmar que quem comete ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito sofrerá, dentre outras sanções, o ressarcimento integral do dano, quando houver, a suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

Nos termos da Lei nº 13.869/2019 (Abuso de Autoridade), julgue o item subsecutivo.

117. Situação hipotética. Covydiana do Ente, servidora pública do Departamento de Penitenciário Nacional, foi processada e condenada por crime de abuso de autoridade, nos termos da Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), tendo sido reconhecida sua reincidência em crime da mesma espécie. **Assertiva.** Como efeito automático da sentença, a Sra. do Ente perderá seu cargo público.

A respeito da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), julgue os itens.

118. Quanto ao acordo de leniência, a Lei Federal nº 12.846/2013 estabelece que a sua celebração não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

119. Em razão da prática de atos lesivos à administração pública, elencados na Lei Federal nº 12.846/2013, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas advocacias públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação de sanções às pessoas jurídicas infratoras. É exemplo de uma dessas sanções a proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo de 2 (dois) anos.

120. Situação hipotética. A pessoa jurídica, Mudanças Pandemira, constituída sob a égide das leis brasileiras e sediada no Estado de São Paulo, praticou ato lesivo à Administração Pública de outro País, cujos efeitos se consumaram exclusivamente no estrangeiro. **Assertiva.** Segundo o Lei nº 12.846/2013, a empresa Mudanças Pandemira, pelo ato praticado, somente poderá ser administrativamente responsabilizada pela Controladoria-Geral da União.

Prova Discursiva

Marcio Damasceno

Isolamento das lideranças criminosas

Logo no início do ano, a Secretaria de Operações Integradas (Seopi) coordenou a maior transferência de líderes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital para unidades do Sistema Penitenciário Federal por meio da Operação Imperium. A união das forças de segurança pública contou também com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional de Segurança Pública, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, a Força Aérea Brasileira (FAB), o Exército Brasileiro e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Com a edição da Portaria nº 157/2018, [as visitas sociais no Sistema Penitenciário Federal](#) passaram a ser exclusivamente por meio de parlatório, minimizando as chances de comunicação dos presos com o exterior dos presídios.

De janeiro a novembro de 2019, o Sistema Penitenciário Federal recebeu 324 presos. O número corresponde a um aumento de 93% do total de inclusões realizadas no mesmo período de 2018.

Disponível em: <https://www.novo.justica.gov.br/news/combate-ao-crime-organizado-com-isolamento-de-liderancas-e-enfraquecimento-do-poder-economico#:~:text=Isolamento%20das%20lideran%C3%A7as%20criminosas&text=Com%20a%20edi%C3%A7%C3%A3o%20da%20Portaria,com%20o%20exterior%20dos%20pres%C3%ADdios>. Acesso em: 02/09/2020. Com adaptações.

Operação da PF mira poder financeiro de facção do crime

Desde a manhã desta segunda-feira, 31/08, a Polícia Federal deflagrou, juntamente com a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), coordenada pela própria PF, realiza a operação Caixa Forte 2, com o objetivo de investigar o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro praticados por facção criminosa com atuação em todo o território nacional.

Os dados obtidos na Operação Caixa Forte – Fase 01 (investigação que identificou os responsáveis pelo chamado “Setor do Progresso” da facção, que se dedica à lavagem de dinheiro proveniente do tráfico) revelaram que os valores auferidos com o comércio ilícito de drogas eram, em parte, canalizados para inúmeras outras contas bancárias da facção, inclusive para as contas do “Setor da Ajuda”, aquele responsável por recompensar membros da facção recolhidos em presídios.

Foram identificados 210 integrantes do alto escalão da facção, recolhidos em Presídios Federais, que recebiam valores mensais por terem ocupado cargos de relevo na organização criminosa ou executado missões determinadas pelos líderes, como, por exemplo, execuções de servidores públicos.

A atuação da Polícia Federal visa desarticular a organização criminosa por meio de sua descapitalização, atuando em conformidade com as diretrizes do órgão de enfrentamento à criminalidade organizada por meio da abordagem patrimonial, além da prisão de lideranças.

Disponível em: <https://portalcontexto.com/operacao-da-pf-mira-poder-financeiro-de-facciao-do-crime/>. Acesso em: 03/09/2020. Com adaptações.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

A ESTRATÉGIA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PELO ISOLAMENTO DAS SUAS LIDERANÇAS E ENFRAQUECIMENTO DO SEU PODER ECONÔMICO

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- < objetivo do isolamento dos líderes das facções criminosas nos presídios; [valor: 6,30 pontos]
- < ações do Estado para o enfraquecimento do seu poder econômico; [valor: 6,30 pontos]
- < repercussões do enfraquecimento do seu poder econômico na segurança pública. [valor: 6,40 pontos]



Estratégia
Concursos

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-DEPEN-05-09-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>